AMBIENTE & EDUCAÇÃO
Revista de Educação Ambiental
E-ISSN 2238-5533

"POVOS QUE TÊM SUA VIDA ORGANIZADA PELA NATUREZA E PELOS SEUS CICLOS VITAIS": NARRATIVAS SOBRE POVOS TRADICIONAIS, RELAÇÕES COM A NATUREZA E SUSTENTABILIDADE

Thaís Presa Martins [1]

ORCID: 0000-0003-4994-4902

Nádia Geisa Silveira de Souza [2]

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

ORCID: 0000-0002-4135-4986

Resumo: A narrativa enquanto forma discursiva imbricada a relações de saber/poder integra a constituição das subjetividades. Entendo as histórias que contam sobre as relações dos povos tradicionais com a natureza como construções sócio-históricas. Analiso ditos acerca do modo de vida dos povos tradicionais com a natureza para os sujeitos do consumo, urbanos. Para tanto, utilizo ferramentas dos Estudos Culturais, em sua vertente pós-estruturalista. O material audiovisual "A natureza e as culturas tradicionais" aborda a visão de natureza em diferentes culturas, e foi escolhido por integrar a rede constitutiva do "Transtorno do Déficit de Natureza" (TDN). O vídeo ensina sobre a falta de contato com a natureza, o TDN e os povos tradicionais como grupos sociais em equilíbrio com a natureza, modelos de sustentabilidade.
Palavras-chave: transtorno do déficit de natureza; produção cultural dos sujeitos; produção cultural da natureza; relação homem e natureza; estudos culturais.

[1] Doutora em Educação em Ciências, PPGQVS/UFRGS, Pesquisadora pelo GSP-IEA-USP, tpmmartins@gmail.com
[2] Doutora em Ciências Biológicas/Bioquímica, PPGQVS/UFRGS, Profa. Dra. aposentada convidada pelo PPGQVS/UFRGS, nadiagssouza@gmail.com

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

“GENTE QUE TIENE SU VIDA ORGANIZADA POR LA NATURALEZA Y POR SUS CICLOS DE VIDA”: NARRATIVAS SOBRE LOS PUEBLOS TRADICIONALES, RELACIONES CON LA NATURALEZA Y SOSTENIBILIDAD

Resumen: La narración como forma discursiva imbricada con relaciones saber/poder integra la constitución de subjetividades. Entiendo las historias que cuentan sobre las relaciones de los pueblos tradicionales con la naturaleza como construcciones sociohistóricas. Analizo dichos sobre el modo de vida de los pueblos tradicionales con la naturaleza para los sujetos de consumo, urbano. Para ello utilizo herramientas de los Estudios Culturales, en su vertiente postestructuralista. El material audiovisual “Naturaleza y culturas tradicionales” aborda la mirada sobre la naturaleza en diferentes culturas, y fue elegido para integrar la red constitutiva del “Trastorno por Déficit de Naturaleza” (TDN). El video enseña sobre la falta de contacto con la naturaleza, TDN y los pueblos tradicionales como grupos sociales en equilibrio con la naturaleza, modelos de sustentabilidad.
Palabras-clave: trastorno por déficit de naturaleza; producción cultural de sujetos; producción cultural de la naturaleza; relación entre el hombre y la naturaleza; estudios culturales.

“PEOPLES WHO HAVE THEIR LIVES ORGANIZED BY NATURE AND BY OUR VITAL CYCLES”: NARRATIVES ABOUT TRADITIONAL PEOPLES, RELATIONSHIPS WITH NATURE AND SUSTAINABILITY

Abstract: Narrative as a discursive form imbricated with knowledge/power relations integrates the constitution of subjectivities, I understand the stories that tell about the relationships of traditional peoples with nature as socio-historical constructions. I analyze sayings about the way of life of traditional peoples with nature for the urban subjects of consumption. For that, I use tools from Cultural Studies, in its post-structuralist strand. The audiovisual material “Nature and traditional cultures” addresses the view of nature in different cultures, and was chosen for being part of the constitutive network of “Nature Deficit Disorder” (TDN). TDN and traditional peoples as social groups in balance with nature, models of sustainability.
Keywords: nature deficit disorder; cultural production of subjects; cultural production of nature; relationship between man and nature; cultural studies.

INTRODUÇÃO

Neste estudo, a constituição dos sujeitos é entendida enquanto uma produção de ordem histórica, marcada pelos modos como são narrados em meio a relações de saber/poder. Tais narrativas, ancoradas em regimes de verdade, constroem certos posicionamentos sociais, incluindo ou excluindo indivíduos de situações e de grupos sociais. O sujeito produtor da narrativa age, escolhe, interfere, ao se posicionar diante do que ou de quem vai narrar. “Suas palavras possuem uma dimensão de poder e, consequentemente, uma imbricação política são instrumentos usados para construir as narrativas de forma que possam expressar e agenciar os sujeitos” (AGUIAR, 2011, p. 176).

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

A “natureza” é compreendida aqui, também, como uma invenção histórica, social e cultural, criada numa rede de sentidos – saberes, noções, valores, imagens, intervenções, leis – cujas verdades orientam os nossos modos de sentir e pensar sobre, agir em relação e consumir a mesma. A natureza é uma construção profundamente marcada por certas percepções morais, éticas e estéticas, por meio das quais estabelecemos o que ver, o que admirar, o que conservar e o que proteger no “mundo natural”. Ela foi falada, narrada, pintada e apresentada pelas culturas desde as pré-históricas artes rupestres. Especialmente na atualidade, a natureza vem sendo naturalizada como sinônimo de propriedade, de bens e de “recursos naturais” dos quais podemos e devemos usufruir; rompendo as suas inter-relações e ignorando a sua complexidade (MARTINS, 2016). Os modos como pensamos sobre a natureza circulam em meio a jogos de verdade e a relações de saber/poder, que nos interpelam e constituem. Assim, tomo a natureza e os modos como vemos as relações dos povos tradicionais com a mesma enquanto construções culturais, ambientalistas, políticas, econômicas que, em meio a disputas de verdade, adquirem diferentes significados/sentidos no tempo/espaço com determinados fins.

Nas últimas décadas, o ritmo frenético do processo de urbanização e o aumento do uso de tecnologias digitais criaram condições para a emergência de verdades sobre os efeitos negativos desse modo de viver para a saúde física e mental dos sujeitos. Nessa direção, o jornalista estadunidense Richard Louv, em 2005, no livro “A Última Criança na Natureza: resgatando nossas crianças do Transtorno do Déficit de Natureza”, cunha o chamado “Transtorno do Déficit de Natureza” (TDN). Conforme Louv (2016), o TDN refere-se a consequências decorrentes da diminuição do contato com a “natureza” (enquanto sinônimo de parques, praças, áreas verdes), especialmente por parte de crianças e de adolescentes, o que acarreta diversos problemas de saúde, tais como: Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno de Dependência de Tela, ansiedade, depressão, etc.

O entendimento de que os discursos postos em funcionamento, no campo social, criam determinados objetos, moveu-me na direção de olhar e de chamar

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

a atenção para a forma como se fala acerca dos modos de vida dos povos tradicionais enquanto modelos de condições de equilíbrio entre homem/natureza e de sociedade sustentável para os sujeitos ocidentais urbanos voltados à vida para consumo. Nesse sentido, examinei o material audiovisual "A natureza e as culturas tradicionais", filme produzido pelo Programa Criança e Natureza da Organização Alana, que aborda a visão e o lugar da natureza em diferentes culturas (ALANA, 2017). A escolha por tal vídeo partiu do entendimento de que, hoje, a mídia desempenha um papel central no ordenamento social, ao ocupar o lugar de produtora e de porta-voz do que é considerado "verdadeiro", "verificado" e não *"fake news",* interpelando-nos e subjetivando nos ao (in)formar tais "verdades". Assim, considero que o filme, ao veicular verdades que se correlacionam com outros discursos que definem os sujeitos, opera como um dos elementos heterogêneos que configura o que denomino, em minha Tese de Doutorado, como Dispositivo do TDN[3]. As discussões e análises pautaram-se pelo campo dos Estudos Culturais, em suas vertentes pós-estruturalistas, com inspiração nos estudos foucaultianos.

No primeiro tópico do artigo, apresento ferramentas analíticas empregadas, os conceitos de "jogos de verdade", de "relações de saber/poder" e de "narrativas". Em seguida, discuto o uso, no Ocidente, dos vocábulos "natureza" e "sustentabilidade", a fim de olhar para como os mesmos vão ser tramados em narrativas a respeito dos povos tradicionais. Depois, abordo as atuais conjunturas ocidentais urbanas dos sujeitos "da vida voltada ao consumo" e como tais circunstâncias criam condições para a construção da expressão TDN e de um novo tipo de sujeito, aquele em *déficit de natureza*. Por fim, analiso as narrativas do material audiovisual apontado, que situam os povos tradicionais

[3] O termo "dispositivo" designa uma rede de relações estabelecida entre elementos heterogêneos: instituições, arquiteturas, regramentos, leis, medidas administrativas, discursos, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito. Ele apresenta a relação que pode existir entre esses diversos elementos, pois se trata de uma formação que tem por função responder a uma urgência em um dado momento, com determinada estratégia (FOUCAULT, 2015).

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

enquanto exemplo de relação harmônica entre homem/natureza e modelo de sociedade sustentável a ser seguido.

JOGOS DE VERDADE, RELAÇÕES DE SABER/PODER, NARRATIVAS

Os sujeitos não são substâncias, mas formas em movimento. Conforme as situações cotidianas, desempenhamos diferentes papeis sociais – discente, docente, cidadão, consumidor, etc. –, isso implica, incessantemente, em formas distintas de ser sujeito e de estar em relação com os outros e conosco. Dito de outro modo, não temos uma identidade única, fixa, imutável. Assim, pondero que os sujeitos são historicamente produzidos na e com a experiência – a racionalização de um processo provisório, que resulta no(s) sujeito(s). A subjetivação, por sua vez, designa o próprio processo de constituição dos sujeitos, de suas subjetividades – possibilidades de organização de uma consciência de si mesmo (FOUCAULT, 2017).

Nessa perspectiva, os sujeitos são tomados enquanto objetos de saber possível em processos de subjetivação e de objetificação. Olhar para o processo de constituição dos sujeitos trata-se, sobretudo, de dirigir-se a como os sujeitos entram em certos jogos de verdade, sendo tomados como objetos de conhecimento – por exemplo, o louco e a psiquiatria, o delinquente e a criminologia, o homossexual e a sexualidade, os povos tradicionais e a sustentabilidade. Delineia-se, então, o problema central desse estudo: a relação entre o sujeito e a verdade. Com “jogos de verdade” não me refiro a disputas para descobrir as coisas verdadeiras, mas sim “a um conjunto de regras de produção da verdade [...]; um conjunto de procedimentos que conduzem a um certo resultado, que pode ser considerado, em função dos seus princípios e das suas regras de procedimento, válido ou não, ganho ou perda” (FOUCAULT, 2017, p. 276). Nesses jogos, o que certos sujeitos dizem será tomado como verdadeiro ou falso em dada sociedade. Assim, quem está autorizado a dizer a verdade? “Indivíduos que são livres, que organizam um certo consenso e se encontram inseridos em uma certa rede de práticas de poder e de instituições

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

coercitivas" (FOUCAULT, 2017, p. 276) – como os jornalistas e os cientistas, a mídia e a ciência.

Tais questões, aludem à história das "veridicções" – as formas pelas quais se interconectam, sobre um campo de coisas, discursos entendidos como verdadeiros ou falsos: quais são as condições dessa emergência, "o preço com o qual, de qualquer forma, ela foi paga, seus efeitos no real e a maneira pela qual, ligando um certo tipo de objeto a certas modalidades do sujeito, ela constitui, por um tempo, uma área e determinados indivíduos, o a priori histórico de uma experiência possível" (FOUCAULT, 2017, p. 229). Mas, afinal, por que nos preocupamos tanto com a verdade? Foucault (2017) traz um pertinente exemplo:

> [...] houve todo um movimento dito "ecológico" – aliás, muito antigo, e que não remonta apenas ao século XX – que manteve em um certo sentido e frequentemente uma relação de hostilidade com uma ciência, ou em todo caso com uma tecnologia garantida e termos de verdade. Mas, de fato, essa ecologia também falava um discurso de verdade: era possível fazer a crítica em nome de um conhecimento da natureza, do equilíbrio dos processos do ser vivo. Escapava-se então de uma dominação da verdade, não jogando um jogo totalmente estranho ao jogo da verdade, mas jogando-o de outra forma ou jogando um outro jogo, uma outra partida, outros trunfos no jogo da verdade (FOUCAULT, 2017, p. 274).

Nesse sentido, "a verdade não existe fora do poder ou sem o poder. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade" (Foucault, 2015: p. 51-52). Assim, o regime de verdade opera a partir dos discursos que faz funcionar como verdadeiros; dos mecanismos e das instâncias que distinguem os enunciados verdadeiros dos falsos; dos modos como se sancionam uns e outros; das técnicas e dos procedimentos valorizados pela sociedade para obter a verdade; do estatuto de quem têm o encargo de dizer o que funciona como verdade. Para Foucault (2015),

> Em nossas sociedades, a "economia política" da verdade tem cinco características historicamente importantes: a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

> para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, Exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas"). [...] Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder" (FOUCAULT, 2015, p. 52- 53).

Sendo assim, a verdade funciona como um conjunto de procedimentos que regulam e separam as produções, as leis, as regras, as repartições, as circulações e as operações dos enunciados vistos como verdadeiros. A verdade encontra-se circularmente ligada a sistemas de saber/poder, que a fabricam e a sustentam, e a efeitos de poder que, ao mesmo tempo, ela induz e a (re)produzem – o chamado "regime de verdade". Tais entendimentos não significam dizer que a verdade não exista e que as instâncias autorizadas a dizê-la ludibriem a sociedade, mas sim que atentar para a operação dos jogos de verdade pode nos possibilitar olhar criticamente para tal funcionamento e também "jogar com o mínimo possível de dominação" (FOUCAULT, 2017, p. 277). Todo o conhecimento científico ou ideológico existirá a partir de certas condições políticas. O saber não deve remeter a um sujeito do conhecimento que seria a sua origem, mas às relações de saber/poder que o fabricam. Podemos dizer que não há nenhum saber neutro, pois, todo o saber é político (FOUCAULT, 2015).

Nessa perspectiva, tanto as verdades quanto os saberes postos em operação e em correlação no campo social e nas diversas instâncias sociais encontram-se implicados na constituição dos sujeitos, das suas experiências e das relações consigo mesmos. O sujeito ingressa e é produzido numa trama histórica através das práticas sociais, dentre elas, as narrativas – as quais, ao configurarem determinados modos de pensar e de agir, constituem a experiência do sujeito e a sua maneira de interpretar e de ver a si e ao outro. Ao integrarem os processos constitutivos dos sujeitos, as narrativas designam processos que

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

não são neutros ou aleatórios; ao contrário, que são constitutivos dos sujeitos e de suas subjetividades, a partir do emprego de vocábulos espaço/temporalmente estratégicos. As narrativas são meios pelos quais sujeitos ou grupos sociais são apresentados e diferenciados; não apenas descritos, mas também posicionados conforme características e modos de ser atribuídos na sociedade, por exemplo: homem/mulher; heterossexual/homossexual; branco/preto; rico/pobre; ou, no caso dessa pesquisa, povos tradicionais/povos urbanos da vida para consumo ou, em relação ao contato com a natureza, sujeitos “normais”, saudáveis, e sujeitos “anormais”, em TDN. O que tais marcações nos informam? Que papéis sociais determinam? Para Larrosa (1996), as narrativas operam como redes de enunciados que fabricam, momentaneamente, as nossas identidades.

> [...] as histórias pessoais que nos constituem estão produzidas e mediadas no interior de determinadas práticas sociais mais ou menos institucionalizadas: um confessionário, um tribunal, uma escola, um grupo de terapia, uma relação amorosa, uma reunião familiar, etc. [...] o sentido de quem somos é análogo à construção e à interpretação de um texto narrativo e, como tal, obtém seu significado tanto das relações de intertextualidade que mantém com outros textos como de seu funcionamento pragmático em um contexto (Larrosa, 1996: p. 462).

As narrativas, portanto, estão ancoradas em regimes de verdade que operam em meio a relações de saber/poder, sendo capazes de inibir ou de ressaltar certas práticas e posicionamentos sociais, incluindo ou excluindo indivíduos – por exemplo, no que se refere a certos modos de viver; a mobilizações políticas, econômicas, culturais, sociais; a questões de gênero, de cor, de raça, de etnia, de saúde, de conservação ambiental. Esse último aspecto será enfatizado posteriormente, ao analisar narrativas científicas e midiáticas sobre povos tradicionais tomados como sinônimo de sujeitos em equilíbrio com a natureza e de sociedades ditas sustentáveis.

UM IDEAL DE RELAÇÃO COM A NATUREZA E DE SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

A palavra “natureza” é uma das mais complexas existentes, devido à ampla variedade de significados e de sentidos que apresenta ao longo da história. No mundo ocidental, a natureza resulta de um longo processo de

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

construção cultural, desde destacados filósofos da Antiguidade Grega (séculos VI a.C. - III d.C.), como Aristóteles, até hoje. Concebo a natureza enquanto termo estratégico, inserido, contemporaneamente, em uma rede tecnocientífica, econômica, política, permeada por discursos ambientalistas (MARTINS, 2016).

A valorização do "mundo natural" e selvagem (*wilderness*), emergiu, a partir do século XVIII na Inglaterra e, do século XIX, nos Estados Unidos, com o nascimento das chamadas "novas sensibilidades" – designando a atração pela natureza e a valorização do selvagem, do inculto e do rústico como parte da integridade biológica, estética e moral. A visão antropocêntrica sobre a natureza, na qual o homem seria o seu dominador, preponderante no contexto social dos séculos XVI e XVII – tempo de afirmação de uma nova ordem burguesa e mercantil –, passou a contrastar com o olhar biocêntrico, que vê o homem como parte da natureza. Tal mudança cultural voltada para a valorização da "natureza" reafirmou-se com o Movimento Romântico durante o século XIX e, como um acontecimento de longa duração, perdura até hoje (CARVALHO, 2012).

Embora as preocupações globais com a natureza tenham emergido durante a década de 1960, elas passaram a ter mais apelo social, político e econômico a partir dos anos 1970; criando condições para a posterior formulação, em um documento internacional, do termo "desenvolvimento sustentável". Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) –, publicou o *Relatório Brundtland*, intitulado "Nosso Futuro Comum". Ele afirma que o "desenvolvimento sustentável" é aquele capaz de atender às necessidades das gerações atuais sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas (Comission on Environment and Development, 1987).

Sampaio (2012) examina como a natureza (especificamente da Floresta Amazônica) vem sendo narrada, sobretudo, quando abordada com os marcadores: "biodiversidade" – estratégia tanto para ressaltar o "valor ecológico" da natureza quanto para toma-la como sinônimo de "recursos naturais" a serem explorados pelo homem –; e "sustentabilidade" – vocábulo diretamente

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

relacionado ao “desenvolvimento sustentável”, que designa um suposto triângulo equilátero entre ambiente, sociedade e economia; o qual investiga detalhadamente, e aponta como estando em operação através do que chama de “Dispositivo da Sustentabilidade”. Tal dispositivo, para a autora, tem se mostrado bastante ativo nas últimas décadas, interpelando-nos a partir de diversos elementos articulados – cientistas, ambientalistas, comunicadores, empresários, legisladores, leis, normas, nichos e serviços de consumo, rótulos, propagandas, documentos, livros, eventos, enunciados, narrativas, etc. –; constituindo determinados domínios de saber, subjetivando-nos e produzindo-nos em meio às linhas de força de sua rede. Assim, nos atinge através de suas múltiplas táticas, incitando-nos a “falar sua língua, a moldar nossas atitudes em conformidade com seus discursos” (SAMPAIO, 2012, p. 97).

Inúmeros autores apontam que a característica “conciliadora” (e, ao mesmo tempo, ambivalente) da sustentabilidade é o que assegura a sua ampla aceitação em diferentes instâncias sociais. A sustentabilidade é estratégica, em resposta a uma urgência histórica; tendo em vista tratar-se de uma invenção política e diplomática, com o intuito de sanar contradições expostas e não respondidas por modelos de desenvolvimento econômico anteriores. Nessa perspectiva, a natureza tornou-se um dos mais poderosos discursos ocidentais e, ao acolher o “desenvolvimento sustentável”, promoveu uma nova, limpa e socialmente aceita maneira de imperialismo global (SAMPAIO, 2012; MARTINS, 2016).

Em relação aos discursos direcionados à conservação da natureza, Aguiar (2011), ao estudar narrativas jornalísticas e acadêmicas contemporâneas, mostra como as mesmas posicionam os chamados “povos tradicionais” – indígenas, caboclos, ribeirinhos, extrativistas, negros remanescentes de quilombos –, descrevendo-os como sujeitos que estão em equilíbrio com a natureza e que, por conseguinte, apresentam conhecimentos e requisitos para a conservação da mesma. Tais narrativas sobre os “povos tradicionais” (especialmente os indígenas, foco de sua pesquisa),

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

> incluem no discurso da conservação ambiental somente os povos que moram em áreas que apresentam condições ambientais enfocadas no plano ecológico, pois buscam envolver apenas os indígenas que moram em grandes áreas com potenciais naturais. Quando a realidade de vida desses grupos não corresponde a essas situações, eles deixam de ocupar o espaço de "sujeitos da conservação ambiental" e não são mais mencionados em tais narrativas. Nesse sentido, [...] existe uma prática narrativa centrada na ideia de utilidade dos povos indígenas. Desse modo, índio útil é aquele que pode colaborar, com seu modo de vida denominado de tradicional, para a conservação do meio ambiente (Aguiar, 2011: p. 183).

Saliento que não estou emitindo um julgamento sobre os povos tradicionais serem bons/maus, melhores/piores modelos de relações com a natureza e de sociedades ditas sustentáveis, mas sim investigando quem, como e de que lugar se fala sobre eles e sobre as suas relações com a natureza na atual sociedade ocidental urbana. Olhar para narrativas sobre povos tradicionais visa evidenciar a sua produtividade enquanto ditos postos em circulação social, com certas finalidades políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais e, também, criar condições de possibilidade para enxergamos a questão com o mínimo possível de dominação.

SUJEITOS URBANOS E O IMPERATIVO DO TRANSTORNO DO DÉFICIT DE NATUREZA (TDN)

No fim do século XX, as cidades globais entraram em uma nova fase histórica. Elas se tornaram os epicentros das transformações vigentes e, por isso, constituem-se como estratégicos observatórios sociais. Para Bauman (2009), tais mudanças nascem dos efeitos produzidos por uma retroalimentação:

> [...] a cidade socialdemocrata que se afirmou no segundo pós-guerra torna-se ameaçada em suas fundações, pois o tecido social é submetido a intensas pressões que produzem uma verticalização crescente: os ricos tendem a se tornar ainda mais ricos, desfrutando as oportunidades disponibilizadas pela ampliação dos mercados, enquanto os mais pobres afundam na miséria, destituídos de sistemas de proteção social. O efeito desse duplo movimento é evidente na vida cotidiana de quem mora na cidade contemporânea: enquanto os bairros centrais são valorizados e tornam-se objeto de grandes investimentos urbanísticos, outras áreas são corroídas pela degradação e tornam-se marginais. Quem possui recursos econômicos ou tem condições de deslocar-se tenta se defender criando verdadeiros enclaves, nos quais a proteção é garantida por empresas privadas de segurança, ou transferindo-se para áreas mais

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

> tranquilas e nobres. Os mais pobres (ou seja, aqueles que são obrigados a permanecer onde estão) são forçados, ao contrário, a suportar as consequências mais negativas das mudanças. Isso só pode gerar um crescente e difuso sentimento de medo (BAUMAN, 2009, p. 8-9).

O imperativo da competição, decorrente do atual sistema econômico capitalista e da modernidade líquida[4], corrói e dilui os laços comunitários. Nas grandes cidades globais, a dinâmica estrutural baseia-se no medo enquanto política de controle e repressão populacional. Os sujeitos ocidentais urbanos vivenciam uma forte tendência a sentir medo atrelada a uma obsessão incessante por (consumo de) segurança. Tal sensação angustiante de insegurança cria áreas urbanas residenciais não para integrar seus habitantes nas comunidades às quais pertencem, mas, sobretudo, para protegê-los, para restringi-los. Como um fenômeno global, evidenciam-se certas zonas nas cidades, que se relacionam, fortemente, a outros espaços "de valor" – situados na paisagem urbana, na nação ou em outros países, independentemente da distância – "nos quais, por outro lado, se percebe muitas vezes uma tangível e crescente sensação de afastamento em relação às localidades e às pessoas fisicamente vizinhas, mas social e economicamente distantes" (BAUMAN, 2009, p. 25). De acordo com Bauman (2009),

> Os produtos descartados por essa nova extraterritorialidade, por meio de conexões dos espaços urbanos privilegiados, habitados ou utilizados por uma elite que pode se dizer global, são os espaços abandonados e desmembrados [...]. Para tornar a distância intransponível, e escapar do perigo de perder ou de contaminar sua *pureza* local, pode ser útil reduzir a zero a tolerância e expulsar os sem-teto de lugares nos quais eles poderiam não apenas viver, mas também se fazer notar de modo invasivo e incômodo, empurrando-as para esses espaços marginais, *off-limits,* nos quais não podem viver nem se fazer ver (BAUMAN, 2009, p. 26).

Delineia-se, então, um quadro de dois mundos "separados", no qual apenas o segundo é territorialmente circunscrito. Aqueles que vivem no "primeiro

[4] O sociólogo polonês Zygmunt Bauman empregou o termo "Modernidade Líquida" ao longo de sua vasta obra, concebendo-a como a sucessora da "Modernidade Sólida", após o Fim da Guerra Fria e da emblemática queda do muro de Berlim, em 1989. Assim, a Modernidade Líquida caracteriza-se, mormente, pelo aumento da liberdade de escolha dos sujeitos, em detrimento de sua segurança e de suas garantias, vigentes na Modernidade Sólida.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

dos dois mundos-de-vida – embora se encontrem, exatamente como os outros, 'no local' – não são 'daquele local': não o são idealmente, com certeza, mas muitas vezes [...] também não o são fisicamente" (BAUMAN, 2009, p. 27). Por conseguinte, essa segregação urbana priva determinados sujeitos de participarem de certos espaços privilegiados de poder, de proteção, de saúde e de bem-estar; delimitando-os conforme sua classe social e econômica, seu potencial de consumo, sua capacidade de aquisição de aparatos de segurança individual.

Esse regime excludente baseia-se no individualismo e não na coletividade, no lucro e não no valor, no governo para quem interessa e não para quem necessita. As grandes cidades, hoje, são pensadas, arquitetadas e operadas para as "grandes pessoas" – quem pode consumir (mais). Logo, no atual modo de vida ocidental, urbano, voltado não só ao consumo, mas também ao consumismo desenfreado, nota-se uma profunda ausência de reponsabilidade, seja com o outro, com as gerações futuras ou com a natureza. Observamos a inexistência (salvo exceções pontuais) de modelos urbanos direcionados à sustentabilidade.

Tal processo de urbanização, bem como o abrupto aumento do uso de tecnologias digitais, nas últimas décadas, criaram condições para a emergência de verdades sobre os efeitos negativos desse modo de viver para a saúde física e mental dos sujeitos. Nessa direção, o jornalista estadunidense Richard Louv, em 2005, no livro "A Última Criança na Natureza", cunha o "Transtorno do Déficit de Natureza" (TDN)[5]. Conforme Louv (2016), o TDN refere-se às consequências decorrentes da diminuição do contato com a "natureza" (parques, praças, áreas verdes), especialmente, por parte de crianças e de jovens, acarretando diversos problemas de saúde, tais como: Transtorno do Déficit de Atenção e

[5] Ressalto que o termo "Transtorno do Déficit de Natureza" foi concebido no contexto dos EUA, referindo-se, principalmente a crianças e a jovens do meio urbano, de classe média, com plenas condições de acesso a bens de consumo e a tecnologias digitais. Assim, penso ser pertinente fazer a ressalva de que essa é uma das muitas realidades existentes, não só nos EUA, mas no mundo Ocidental como um todo.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

Hiperatividade (TDAH), Transtorno de Dependência de Tela, ansiedade, depressão, etc.

Destaco que não estou concordando com ou discordando do autor, mas sim analisando a produtividade da criação desse transtorno, uma vez que, ao constituir determinados sujeitos e objetos, também se produz um conjunto de especialidades, intervenções, projetos, etc. com a finalidade de atuar e de "corrigir" possíveis "problemas". Entendo que, ao criar o TDN e apontar alguns sujeitos como estando em déficit de natureza, ocorra uma nova classificação dos sujeitos em relação à sua condição de saúde. Sujeitos em contato com a natureza seriam tomados como "normais", "saudáveis"; enquanto os que se encontram em falta seriam "anormais", não saudáveis. Há, portanto, um posicionamento dos sujeitos de acordo com a sua exposição a áreas verdes. Sendo assim, compreendo que sujeitos ocidentais, urbanos, voltados à vida para consumo, nessa abordagem, são tomados como portadores de TDN que precisam ser devidamente tratados através do contato com a natureza para poderem integrar a "normalidade" – o que exige, simultaneamente, a criação e o funcionamento de uma rede de práticas profissionais e de produtos a serem consumidos.

VERDADES CIENTÍFICAS E MIDIÁTICAS SOBRE POVOS TRADICIONAIS, NATUREZA E SUSTENTABILIDADE

Os intelectuais contemporâneos – pesquisadores cada vez mais especializados em dado(s) tema(s) – ocupam posições privilegiadas enquanto detentores do "saber científico" e porta-vozes do que circulará socialmente sob o rótulo de "verdade científica". Os enunciados científicos estão imersos em jogos de verdade, nos quais o que está em questão é o que orienta os enunciados "e a forma como eles se regem entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, consequentemente, suscetíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos. Em suma, problema de regime, de política do enunciado científico" (FOUCAULT, 2015, p. 39). Em relação à verdade científica, não se trata de saber quais poderes agem

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

do “exterior” sobre a ciência, mas quais efeitos de poder circularão a partir dos enunciados científicos; quais são as relações de saber/poder envolvidas em seu interior, e, ainda, como e por que tais verdades modificam-se de forma global em certos momentos.

A respeito da circulação dos enunciados científicos, não podemos desconsiderar o papel da mídia hoje, ao desempenhar a função de produtora e divulgadora do que é socialmente tomado como “verdade” devidamente verificada e checada por diversas e “confiáveis” fontes de informação. Mais do que (in)formar, ela põe em circulação ensinamentos culturais, políticos, econômicos, científicos, que interpelam e integram a maneira dos sujeitos pensarem sobre si mesmos, suas experiências, os outros, e aquilo que acontece no mundo. Fischer (2002) analisa o que chama de “Dispositivo Pedagógico da Mídia”, ao conceber que existe uma rede de diversos elementos articulados pelos quais os meios de comunicação ensinam verdades e endereçamentos – certas posições sociais esperadas de certos sujeitos, que precisam atender as expectativas de quem emite e de quem recebe as mensagens –; sendo imensamente responsáveis por dar visibilidade a determinados sujeitos e discursos e não a outros na sociedade. Portanto, podemos afirmar que a mídia se configura como uma das mais proeminentes instâncias de poder atualmente.

Nessa perspectiva, um vídeo institucional, enquanto artefato cultural (produto da cultura), veicula e ensina dadas verdades; dentre elas, aquelas associadas a campos de cientificidade, funcionando como uma estratégia imbricada aos processos constitutivos dos sujeitos e reguladores da sociedade contemporânea. Assim, examinei narrativas presentes no material audiovisual “A natureza e as culturas tradicionais[6]”, produzido pelo Programa Criança e Natureza da Organização Alana[7]. A entrevista gravada com a professora Lea

[6] O material audiovisual examinado está disponível, gratuitamente, desde 13 abr. 2017, no canal do YouTube da Organização Alana e no sítio do Programa Criança e Natureza (ALANA, 2017).
[7] O Programa Criança e Natureza da Organização Alana tem como missão: “Favorecer o acesso e o contato direto de todas as crianças com a natureza, como uma inovação urbana e social, para o bem-estar da infância e do planeta. Para isso, traçamos estratégias e ações que envolvem a sociedade civil, organizações e o poder público, para garantirmos infâncias ricas em natureza”.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

Tiriba[8] tem duração de três minutos e aborda a visão e o lugar da natureza em diferentes culturas, “contrapondo o sentido da natureza na cultura urbana ao sentido da natureza nas culturas tradicionais e o que esses povos têm a nos ensinar” – segundo a sua fala no canal da Alana no YouTube. Atualmente, o vídeo conta com mais de 6.111 visualizações no YouTube, o que ressalta a sua relevância midiática, capacidade de alcance e possível interpelação dos sujeitos (ALANA, 2017).

“POVOS QUE TÊM SUA VIDA ORGANIZADA PELA NATUREZA E PELOS SEUS CICLOS VITAIS”?

O vídeo inicia com um fundo preto com o logotipo da Organização Alana (uma borboleta amarela), enquanto uma música que remete a um “toque de mágica” faz com que a borboleta bata as suas asas. Abaixo da borboleta, vêm as palavras: “Alana apresenta”. Em seguida, surge um escritório com paredes brancas e amplas janelas com vista para uma paisagem com árvores; ao fundo, vemos uma planta e uma mesa com livros; em primeiro plano, a entrevistada, uma mulher de meia idade, cabelos castanhos, pele morena, vestindo um xale colorido. Ela diz: “A natureza ela vai sendo pensada de muitas formas, de acordo com a cultura de cada tempo”. Após, o fundo preto volta a surgir com o dizer: “inspirações”; o logotipo do Programa Criança e Natureza (uma cabeça de criança estilizada, na cor verde, com corações, folhas e uma gota d’água em sua parte superior); e o título do vídeo: “#A natureza e as culturas tradicionais”.

A imagem da entrevistada volta a aparecer, enquanto ouvimos uma música orquestrada de fundo, e ela menciona que: “Então, quando você pergunta: o que é a natureza? Acho que assim, a gente precisa se perguntar: o que é a natureza pra nós ocidentais, urbanos (né?), vivendo em sociedades

CRIANÇA E NATUREZA. O Programa. Disponível em: https://criancaenatureza.org.br/para-que-existimos/o-projeto/. Acesso em: 03 abr. 2021.

[8] Lea Tiriba é Graduada em Comunicação pela UFRJ; Mestre em Educação pela FGV/RJ; Doutora em Educação pela PUC-Rio; tem Pós-Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares pela UFRRJ; é Profa. Dra. Associada da UNIRIO. LATTES, C. Currículo Lattes de Lea Tiriba. [Internet]. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/9891951792233220. Acesso em: 03 abr. 2021.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

industriais que têm sua vida organizada (né?) pelo trabalho, pelo consumo (né?)"? Simultaneamente, somos apresentados a quem fala, com a legenda: "Lea Tiriba, professora, Escola de Educação UNIRIO".

Essa fala, para ir mostrando e construindo um sentido de natureza conforme a cultura e a experiência humana, cria um claro recorte para marcar e posicionar quem é "o homem ocidental, urbano" pensado e narrado ali. Ele não tem "qualquer" tipo de ocupação social; ele trabalha, provavelmente, em um emprego formal. Ele não é de "qualquer" classe social e econômica; ele tem acesso a bens de consumo, ele tem a opção de adquirir não só o que precisa para sobreviver, mas o que escolhe consumir. Logo, o sujeito "ocidental, urbano, que trabalha, que consome" imaginado é um indivíduo de classe média, que não está desempregado, que não trabalha apenas para sobreviver; em suma, alguém que tem a liberdade de consumir além de suas necessidades vitais. Hoje, em meio a uma crise econômica sem precedentes na história da humanidade – fortemente acentuada pela pandemia de *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19) e por seus efeitos sindêmicos[9] –, quantos sujeitos das grandes cidades, especialmente brasileiros, poderiam se dar ao luxo de estarem alinhados a uma descrição como essa?

Na sequência de sua fala, ela questiona: "E o que é a natureza pra vida de povos que estão no mundo ainda, eles estão aí, eles estão presentes, eles são definidos, antropologicamente, eles são categorizados como povos e comunidades tradicionais? E aí, a pergunta é um pouco assim: o que é que articula um seringueiro com um jangadeiro com uma catadora de coco de babaçu [...] e com um boiadeiro? O que que articula? Parece que são vidas absolutamente diferentes, mas eles têm uma coisa em comum: a vida deles é organizada pela natureza, pelos ciclos vitais (né?). E essa é, na verdade, [...] o grande elo entre todos esses povos".

Tal fala inicia (de)marcando o outro, os povos ou comunidades tradicionais como aqueles "que estão no mundo", gerando uma separação em relação aos

[9] "Sindemia" refere-se a um conjunto de doenças epidêmicas que ocorrem sinergicamente, cooperativamente.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

sujeitos urbanos, que vivem nas grandes cidades industriais, e os “povos que têm sua vida organizada pela natureza e pelos seus ciclos vitais”. Tal comparação sugere a ideia de que viver em meio a seringueiras, rios, mares, cocos de babaçu e bois, com vidas regidas pela natureza, seja algo mais moral, ética e esteticamente belo, do que habitar o meio urbano das grandes cidades. Essa narrativa traz elementos da visão de uma suposta natureza idealizada, romântica – ou tocada apenas por quem é inocente, simples e puro, quem vive para a subsistência e sabe manter o equilíbrio dos ecossistemas: os povos tradicionais. Ao mesmo tempo, há um pensamento que remete à busca por uma suposta “origem natural”, onde natureza e seres humanos viveriam e vivem, até hoje, isolados e protegidos da degradação, da poluição, do desmatamento, de todo e qualquer impacto ambiental negativo. Foucault (2015, p. 59) diz que gostamos de “acreditar que as coisas no início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador, ou na luz sem sombra da primeira manhã”; muito embora “a origem” não exista, pois não é única, é espaço/temporalmente restrita, e cultural, política, economicamente marcada. A presente narrativa demove os sujeitos do mundo ocidental urbano e da vida voltada para o consumo à conjuntura de medo e violência social e ambiental, à impureza, à ganância, ao dano; desconsiderando a enorme quantidade de sujeitos urbanos que vivem à margem da sociedade, apenas lutando para sobreviver cotidianamente.

Continuando a sua fala, a professora afirma: “Onde é que esses povos colocam a energia produtiva deles? Eles trabalham para se manter vivos e pra manter vivos os rituais deles, as festas deles (né?), as cerimônias que eles têm, o modo de viver; esse é o sentido da vida. Então, pra eles, o que é a natureza (né?)? A natureza é eles mesmos. É a natureza que assegura esse modo de existir, esse modo de viver (né?), essa forma de organização”.

A afirmação acima circunscreve as experiências, as vivências, os desejos, os modos de ser, de estar e de viver dos povos tradicionais à natureza; delimitando-os a um cenário imagético específico. Tais narrativas acerca dos povos tradicionais parecem reduzi-los à delimitação de “sujeitos em equilíbrio

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

com a natureza", ignorando outras possibilidades e condições de vidas, tais como: acesso a serviços de saúde, a instituições de ensino, a opções de meios de transporte, a tecnologias digitais, ao consumo de produtos do mercado, etc. Ao posicioná-los, fundamentalmente, enquanto "protetores da natureza", não estaríamos desconsiderando, desprezando outras possibilidades, suas necessidades e faltas de acesso a diversos recursos? Será que se fossem criadas outras oportunidades de viver, não só se manter vivo daquilo que a natureza oferece, eles optariam por desempenhar atividades de baixo impacto ambiental, ou em outras palavras, "em harmonia com a natureza"? Será que quem fala pelos povos tradicionais perguntou a eles sobre o que pensam e sentem a respeito do seu modo de viver? Para Aguiar (2011), tais narrativas evidenciam o posicionamento da profunda relação entre a conservação do ambiente e os povos tradicionais,

> sujeitos [que] consumiriam apenas os produtos considerados naturais e tradicionais para o consumo próprio, que são mostrados em oposição aos industrializados ou aos produzidos com o uso de fertilizantes químicos. A produção, nessa perspectiva, está voltada para a manutenção do grupo social e não para a troca, para o mercado. Por essa característica e por essa compreensão, os povos tradicionais são caracterizados como aqueles que podem ajudar na conservação da natureza. O sujeito tradicional, nessa forma de entendimento, é representado por uma ideia de proibição, de imobilidade, de fixidez (WOODWARD, 2000[10] *apud* AGUIAR, 2011, p. 182).

A esse respeito, a ciência e a mídia têm sido instâncias de proeminência social, autorizadas a falar sobre e dos povos tradicionais, atuando como porta-vozes de verdades sobre eles e seus modos de vida. Em certa medida, não podemos estar correndo o risco de (re)codificar e de (re)colonizar esses povos, através de discursos hegemônicos que os tomam enquanto modelos de relação homem/natureza e de sociedades sustentáveis? Que efeitos de saber/poder reverberam dessas verdades propaladas? Tais questões são importantes para pensarmos sobre o regime de verdade posto em funcionamento quando se fala dos povos tradicionais e de suas relações com a natureza. Da posição de

[10] WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

intelectuais, situados em instituições que produzem e que colocam em circulação determinadas verdades, segundo Foucault (2015), torna-se necessário pensar que:

> O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a "consciência" das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade. Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico à medida que a própria verdade é poder –, mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento. Em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade (Foucault, 2015, p. 54).

Por fim, a narrativa aponta: "E, hoje, a gente sabe da importância que tem a gente aprender com esses povos essa visão de mundo, porque uma sociedade sustentável, ela não é sustentável, ela não poderá ser sustentável só tendo como referências novas tecnologias". No encerramento do vídeo, em um fundo branco, vemos, novamente, o logotipo do Programa Criança e Natureza e o endereço de seu sítio abaixo: "www.criancaenatureza.org.br".

Nessa narrativa, a existência dos povos tradicionais não só é regida pela natureza como eles "são a natureza", atuando como modelo para uma sociedade sustentável. Assim, se quisermos adquirir práticas e modos de relação sustentável, devemos ser ensinados e aprender com eles. Sem minimizar os ensinamentos e reflexões possíveis de serem geradas na relação com esses povos, seus pensamentos e cultura, a fala final do vídeo, mais uma vez, traz tanto marcas da visão romântica de natureza quanto de que uma sociedade sustentável somente será alcançada através desses modos de vida em equilíbrio/harmonia com a natureza.

Para Swyngedouw (2011), a palavra "sustentabilidade" é um vazio de sentido, capturado por diversas e proliferantes fantasias, histórias e imaginações que tratam de rechear o vazio constitutivo das indeterminações das naturezas. Ao mesmo tempo, existe uma associação da sustentabilidade a uma ideia de retorno a um ambiente sem desastres ecológicos (como secas, furacões,

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

inundações, etc.) e ao desejo de algum tipo de vida social e ecologicamente harmônica e equitativa – o que, ao fim e ao cabo, não existe. Não há uma "natureza" singular, nem nenhum "estado natural" transcendental das coisas de caráter trans histórico e/ou trans-geográfico, mas, ao contrário, um abandono de diferentes naturezas históricas, relacionais e ambientais, sujeitas a constantes mudanças e transformações, por vezes, dramáticas ou catastróficas, e, raramente, previsíveis. Portanto, faz-se necessário evitar expressões como é "a natureza das coisas" para explicar determinados comportamentos ou condições ecológicas/humanas. Tanto os indivíduos "como seus entornos são co-produzidos e co-evoluem em formas historicamente contingentes, altamente diversificadas, localmente específicas e frequentemente impossíveis de apreender em sua totalidade" (SWYNGEDOUW, 2011, p. 46).

A meu ver, a narrativa examinada não contempla a amplitude das conjunturas sociais, históricas, culturais, econômicas e políticas dos sujeitos implicados, sejam as pessoas que vivem nos meios urbanos, sejam os povos tradicionais. As narrativas sobre a natureza, o modo de vida dos povos tradicionais como modelo de equilíbrio e sustentabilidade, levaram-me a alguns questionamentos. E se os lugares habitados pelos povos tradicionais forem de extrema pobreza, sem saneamento básico, sem acesso à água potável? E se as fontes alimentares de frutas e de verduras forem escassas? E se os rios e mares não dispuserem de peixes saudáveis para servirem de alimento? E se a única alternativa de sobrevivência que eles tiverem for trabalhar (de modo exploratório) para alguma grande empresa que se apropria de suas riquezas naturais e de seus saberes tradicionais para produzir produtos industrializados, elitizados e "sustentáveis"? O que os seringueiros, os jangadeiros e as catadoras de coco de babaçu teriam para nos contar sobre os lugares onde e como vivem? Que modo de viver "sustentável" propalado é esse?!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filme examinado ensina aos espectadores que os povos tradicionais são puros e inocentes, estando em harmonia com a natureza e vivendo de modo

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 01, Agosto, 2022:
Recebido em: 06/09/2021
Aceito em: 02/02/2022

sustentável – descontextualizando as suas especificidades de condições de vida – de ambiente, de saúde, de higiene, de alimentação, de sobrevivência –; bem como seus possíveis desejos de consumo inalcançáveis na atual conjuntura. Sendo assim, veicula uma visão romântica de natureza, de retorno a um passado mítico, sem impactos ambientais negativos ou más influências por parte do homem urbano – cuja vida é voltada ao trabalho e ao consumo para além da subsistência. Percebe-se, então, uma narrativa marcadamente dicotômica entre os modos de vida do ser ocidental urbano e do ser tradicional.

Em suma, penso que o homem ocidental urbano ao viver sob as ordens sociais do medo, do consumo, do individualismo e do confinamento residencial não está (e nem poderia estar) em condições socioambientais saudáveis. Assim, entendo que o TDN, ao criar um novo tipo de sujeito – em déficit de contato com a natureza e que precisa ser devidamente tratado, curado – cria, também, um novo tipo de medicalização: a medicalização da relação sujeito natureza. Nessa perspectiva, tomo as narrativas examinadas sobre os povos tradicionais como ditos que os posicionam enquanto exemplos de sujeitos “normais” / saudáveis, ao estarem em contato ininterrupto e harmônico com a natureza e seus ciclos vitais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José Vicente de Souza. **Narrativas sobre Povos Indígenas na Amazônia.** 2011. 125f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/49075. Acesso em: 28 fev. 2021.

ALANA. **A Natureza e as Culturas Tradicionais.** 13 abr. 2017. Disponível em: https://criancaenatureza.org.br/nossas-acoes/nossos-videos/. Acesso em: 20 jun. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade.** AGUIAR, E. (trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 94p.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A Questão Ambiental e a Emergência de um Campo de Ação Político-Pedagógica. In: LOUREIRO, C. F. B.;

LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Sociedade e Meio Ambiente:** a educação ambiental em debate. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 55-67.

COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Commom Future.** 1987. 300p. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-commonfuture.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. "O Dispositivo Pedagógico da Mídia: modos de educar na (e pela) TV". **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 28, n. 1, jun. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/88GzhyjNGG9pLt6NQchCf3j/?lang=pt. Acesso em: 14 jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** MACHADO, R. (org., trad., rev. tec.). 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 431p.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos, volume V:** ética, sexualidade, política. FOUCAULT, Michel. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017. 325p.

LARROSA, Jorge. Narrativa, Identidad y Desidentificación. In: LARROSA, J**. La Experiencia de la Lectura.** Barcelona: Laertes, 1996. p. 461-482.

LOUV, Richard. **A Última Criança na Natureza:** resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza. AZUMA, A.; BELHASSOF, C. (trad.). 1 ed. São Paulo: Aquariana, 2016. 412p.

MARTINS, Thaís Presa. **As Naturezas de Natura Ekos:** vídeos publicitários constituindo consumidores "sustentáveis". 2016. 210f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/143381. Acesso em: 28 fev. 2021.

SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini de. **"Uma Floresta Tocada apenas por Homens Puros..."** ou do que aprendemos com os discursos contemporâneos sobre a Amazônia. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/49082. Acesso em: 28 fev. 2021.

SWYNGEDOUW, Erik. "¡La Naturaleza no Existe! La sostenibilidad como síntoma de una planificación despolitizada". **Urban**, 2011. p. 41-66.